

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1. Introdução

O Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES foi instituído pela Lei nº 9.968/2012, alterada pela Lei nº 10.262/2014, com o propósito de recepcionar os recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional. Em âmbito Federal, a transferência das competências, direitos e deveres do antigo fundo ao novo FUNDES teve início com a edição da MP nº 628 de 28/11/2013, convertida na Lei nº 12.979/2014. A estadualização do FUNRES, fruto de articulações políticas possibilitou racionalidade econômica e autonomia local para a gestão dos recursos remanescentes, vindo a atender aos interesses do estado do Espírito Santo, que a partir daí pode imprimir nova dinâmica na operacionalidade do Fundo, com a adoção de modelo de gestão facilitador do encaminhamento e da implementação de proposições para solução de pendências e entraves estruturais na carteira de ações e debêntures do Fundo.

#### 2. Governança

Compete ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES a gestão e atuação como banco operador do FUNDES, conforme previsto em lei e determinado pelo Regulamento do FUNDES disposto em Decreto nº 4.092-R/2017.

Ao BANDES, enquanto Banco Operador do FUNDES, compete-lhe dentre outros:

- ✓ Prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização;
- ✓ Liberação de recursos e cobrança administrativa e judicial dos créditos;
- ✓ Representação extrajudicial e judicial;
- ✓ Manter em arquivo os livros e documentos do fundo, bem como as atas e decisões acerca de seu funcionamento;
- ✓ Elaboração das demonstrações financeiras;
- ✓ Elaboração propostas de diretrizes, orçamento e normas operacionais de aplicação de recursos e de renegociação de débitos do FUNDES, a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

Compete ao Conselho de Administração do BANDES:

- ✓ Estabelecer as prioridades e diretrizes para aplicação dos recursos do FUNDES;
- ✓ Acompanhar e avaliar o desempenho do FUNDES;
- ✓ Submeter ao Governo do Estado relatório anual sobre o desempenho do FUNDES;
- ✓ Propor ao Governo do Estado, quando necessárias, modificações na legislação do FUNDES, dentre outras.

#### 3. Recursos

As disponibilidades R\$ 73.578 mil são remuneradas conforme art. 4º da Lei nº 10.262/2014, mediante aplicação de taxa idêntica à adotada na caderneta de poupança. No período, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 6.081 mil (R\$ 836 mil, em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração da taxa de administração foi calculada no exercício de 2022 de acordo com o art. 8º do Decreto nº 4092-R/2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais, totalizando R\$ 3.434 mil.

O patrimônio líquido apurado no período foi de R\$ 168.686 mil (R\$ 158.485 mil, em 31 de dezembro de 2021), e está constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

#### 4. Modalidades de apoio e carteira de projetos

##### 4.1. Carteira de debêntures

Na composição da carteira de debêntures constam 32 empresas, em acompanhamento, cujo saldo devedor corrigido pelas taxas contratuais (TR ou TJLP) mais juros de 4% a.a. e encargos e mora sobre inadimplemento totalizam R\$ 251.286 milhões (R\$ 175.015 em 31 de dezembro de 2021), totalmente provisionada a sua desvalorização.

##### 4.2. Carteira de ações

A carteira de ações em 31 de dezembro de 2022 é constituída por 58 empresas, somando R\$ 2,5 milhões de ações emitidas e o valor total contabilizado é de R\$ 52.434 mil.

##### 4.3. Financiamentos

No exercício social de 2021, foram aprovadas 08 (oito) operações, totalizando R\$ 21.317 mil, conforme detalhado no quadro abaixo:

Linha	Total Aprovado R\$
FUNDES / Giro Seletivo	20.260
FUNDES / IFM taxa variável	927
FUNDES / Energia Solar	130
<b>Total</b>	<b>21.317</b>

Enquanto que no exercício social de 2022 foram liberados R\$ 19.257 mil em 06 (seis) operações:

Linha	Total Aprovado R\$
FUNDES / Giro Seletivo	19.000
FUNDES / IFM Taxa variável	127
FUNDES / Energia Solar	130
<b>Total</b>	<b>19.257</b>

##### 4.3.1. Carteira incorporada do FUNDESUL

Em 2020, a carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento do Sul do Estado do Espírito Santo – FUNDESUL foi transferida para o FUNDES, conforme estipulado pela Lei nº 11.226/2020, o que fez com que os ativos do FUNDES tivessem um acréscimo de R\$ 1.828 mil, passando contar com mais 03 (três) operações.

##### 4.4. Participações em outros fundos

O Conselho Gestor do FUNDES, em reunião realizada em 29/11/2016, deliberou aprovar a proposição da utilização de R\$ 30 milhões do FUNDES, entre os anos 2017 e 2024, para investimentos em Fundos de Investimentos em Participações – FIPs.

O valor disponibilizado destina-se a selecionar e ato contínuo ingressar como cotista de fundos na qual uma empresa gestora identifica o potencial de crescimento de um negócio e adquire um percentual de suas ações. Ou seja, o Fundo prospecta empresas e entra como sócio acionista por um período determinado.

O Fundo, como acionista, traz experiência e boas práticas que apoiam a gestão e a governança da empresa. Assim, com o tempo, a empresa ganha expertise e resultados. Importante frisar que o aporte de capital não é feito em um montante único, seguirá uma evolução de desembolso através de chamadas de capital da gestora, que ocorrem ao longo do período de atuação do FIP.

O Conselho Gestor do FUNDES aprovou, inicialmente, a entrada em 2 (dois) FIPs, o Primatex e o Seed4Science, no valor de R\$ 10,0 milhões e R\$ 5,0 milhões, respectivamente, com exigência de o BANDES participar do comitê de investimentos dos fundos, tendo que ao final do período de investimentos os fundos terem que investir o mesmo montante em empresas localizadas no estado do Espírito Santo. O Primatex é um fundo de investimento em participações destinado a investir em companhias inovadoras, com alto potencial de crescimento e geração de valor. O fundo nasceu a partir do programa Inova Empresa da FINEP, gerido por Antera Gestão de Recursos S.A. possui a Brain Ventures Gestão de Negócios S.A. como consultor operacional.

O Seed4science tem como tese empresas nascentes de base tecnológica que tenham foco produtos, processos e serviços de alta tecnologia e/ou significativo teor de inovação na solução de problemas relevantes em grandes mercados. A gestora do fundo é a empresa Fundepar Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda, uma gestora de fundos de investimentos especializada no desenvolvimento de negócios inovadores de alto impacto.

Em reunião de 18/12/2019, o Conselho Gestor do FUNDES aprovou aporte de recursos de R\$ 5,0 milhões no Fundo Capital Semente de Coinvestimento Anjo – FIP ANJO, gerido pela Domo Invest Gestor de Ativos Financeiros e Valores Mobiliários Ltda e administrado por BRL Trust Investimentos Ltda, com a ressalva de alteração do regulamento do fundo para constar a obrigação de investir no mínimo esse mesmo valor em empresas sediadas no Espírito Santo.

Em 16 de setembro de 2020 em sua 35ª reunião, o Conselho Gestor aprovou o investimento no valor de R\$ 10 milhões no Fundo TM3 Capital VC4 – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A entrada efetiva no Fundo ocorreu no segundo semestre de 2021. O Fundo VC4 está em processo de investimentos em empresas de médio porte no setor de tecnologia, para as quais há poucas oportunidades de financiamento no Brasil e também no ES. O BANDES subscreveu R\$ 10,0 milhões no fundo já em andamento, conforme aprovado pelo Conselho gestor do FUNDES e atendeu chamada de capital no final de 2021 no valor de R\$ 170 mil.

Em números, considerando a carteira de FIPs Fundes, dos R\$ 30,0 milhões aprovados, foram repassados pelo BANDES R\$ 15,2 milhões, sendo R\$ 6,4 milhões no ano de 2022. No total foram investidas em 4 empresas no ES por meio do Primatex e Seed4Science, a saber, Lume Robotics, Mogai, Olho do Dono e Aratu. O Fundo Anjo e TM3 VC4, por serem mais recentes na carteira, ainda não efetivaram investimentos no ES.

Em 31/01/2022, com base na Proposição DIREX nº 006/2022, o Conselho aprovou as condições operacionais para a renegociação de dívidas ajuizadas oriundas de debêntures conversíveis ou não conversíveis em ações emitidas em favor do FUNDES, ora Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES.

Com base na Proposição DIREX nº 007/2022, em 23/02/2022, o Conselho aprovou a campanha de negociação de dívidas ajuizadas da carteira do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES com encerramento em 31/12/2022. Fica assegurado aos clientes com dívidas ajuizadas até dezembro de 2017, exceto as debêntures, a renegociação dos débitos.

##### 5. Remuneração do banco operador

A remuneração das disponibilidades foi calculada no exercício de 2022 de acordo com o art. 8º do Decreto 4092-R/2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais, totalizando R\$ 3.434 mil.

##### 6. Resultados

No exercício em análise, o resultado é de R\$ 6.984 mil (-R\$ 30.829 mil, em 31 de dezembro de 2021). O patrimônio líquido apurado em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 168.686 mil (R\$ 158.485 mil, em 31 de dezembro de 2021).

##### 7. Legislação pertinente

- Decreto-Lei nº. 880 de 18 de setembro de 1969 - dispõe sobre a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES e dá outras providências (revogado pela MP nº 628 de 28 de novembro de 2013);
- Medida Provisória nº. 628 de 28/11/2013 - autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do ES - FUNRES (convertida na Lei nº 12.979 de 27 de maio de 2014);
- Lei nº. 12.979 de 27 de maio de 2014 - autoriza a União a encerrar o Fundo de

Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, extingue o Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e revoga o Decreto-Lei nº 880 de 18 de setembro de 1969;

• Lei nº 9.968 de 27 de dezembro de 2012 - dispõe sobre a instituição de fundo para recepcionar os recursos a serem transferidos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES e dá outras providências (revogado pela Lei nº 10.262 de 07 de agosto de 2014);

• Lei nº 10.262 de 07 de agosto de 2014 - dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, destinado a recepcionar recursos a serem transferidos do FUNRES;

• Decreto nº. 3.669-R de 16 de outubro de 2014 - regulamenta o FUNDES, instituído pela Lei 10.262/2014 (revogado pelo Decreto nº. 4092-R de 05 de abril de 2017);

• Lei nº. 10.496 de 26 de fevereiro de 2016 - altera a redação do art. 10 da Lei nº 10.262/2014 que trata da renegociação de debêntures;

• Resolução nº. 04/2016 de 26 de abril de 2016 - define as condições operacionais

para a Renegociação de Debêntures, conversíveis e não conversíveis em ações;

• Resolução nº. 06/2016 de 26 de julho de 2016 - estabelece as regras para Leilões Especiais de Títulos, Oferta Pública e Resgate de Ações do FUNDES;

• Decreto nº. 4092-R de 05 de abril de 2017 - regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES (revoga o Decreto nº 3669-R de 16 de outubro de 2014);

• Lei nº 11.226 de 29 de dezembro de 2020 - extingue o FUNDESUL e transfere seus ativos e passivos ao FUNDES.

Vitória - ES, 15 de março de 2023.

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES**

por seu gestor e operador

**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES.**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
<b>DISPONIBILIDADES</b>	4	<b>73.578</b>	<b>55.936</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	10	<b>1.244</b>	<b>1.244</b>
<b>REPASSES INTERFINANCEIROS</b>	5	<b>77.853</b>	<b>92.541</b>	<b>PROVISÃO PARA PASSIVOS</b>		<b>3.858</b>	<b>3.133</b>
<b>OPERAÇÕES DE CREDITO</b>	6	<b>3.582</b>	<b>5.132</b>	<b>CONTINGENTES</b>			
Empréstimos		5.450	5.132	Provisão de Ações Cíveis	11	3.858	3.133
Operação Cessão de Crédito		25.706	28.906	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>168.686</b>	<b>158.485</b>
(-) Provisão para Operações de Crédito		(27.574)	(28.906)	<b>Recursos de Incentivos Fiscais</b>		<b>1.655</b>	<b>1.655</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	7	<b>14.893</b>	<b>5.317</b>	<b>Cotas Emitidas</b>		<b>7.802</b>	<b>7.802</b>
<b>CRÉDITOS VINCULADOS</b>		<b>388</b>	<b>71</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>		<b>1.550</b>	<b>(1.668)</b>
Depósitos Judiciais	8	388	71	<b>Resultados Acumulados</b>		<b>157.679</b>	<b>150.696</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	9	<b>3.494</b>	<b>3.865</b>	Resultados de Exercícios Anteriores		150.695	181.525
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>173.788</b>	<b>162.862</b>	Resultado do Exercício		6.984	(30.829)
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>173.788</b>	<b>162.862</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>76.285.477</b>	<b>50.946.773</b>
Remuneração s/ Disponibilidades e Deps. Vinc. à Subscrição	6.081	836
Rendas de Operação de Crédito	513	1.483
Rendas de Títulos de Renda Fixa	<b>76.271.953</b>	<b>50.941.508</b>
Custos Básicos	4.835	2.640
Encargos Financeiros	568	336
Encargos sobre Atraso	76.266.550	50.938.532
Rendas de Operações de Repasse	<b>3.571</b>	<b>2.944</b>
Reversão de Provisões	<b>3.354</b>	-
Outras Rendas	5	2
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(76.278.930)</b>	<b>(50.977.777)</b>
Despesas de Provisões	<b>(76.274.700)</b>	<b>(50.972.560)</b>
Títulos de Renda Fixa	(76.271.953)	(50.941.509)
Provisão Desp. com Processos Judiciais	(725)	(2.145)
Provisão para Operação/Cessão de Crédito	(2.022)	(28.906)
Despesas Administrativas	<b>(713)</b>	<b>(553)</b>
Taxa de Administração da Carteira	<b>(3.434)</b>	<b>(3.973)</b>
Outras Despesas	<b>(83)</b>	<b>(691)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>6.547</b>	<b>(31.004)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>437</b>	<b>175</b>
Receitas não operacionais	437	175
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>6.984</b>	<b>(30.829)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos de Incentivos Fiscais	Cotas Emitidas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>(1.668)</b>	<b>150.696</b>	<b>158.485</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial - FIPs	-	-	3.217	-	3.217
Lucro do Exercício	-	-	-	6.984	6.984
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>1.655</b>	<b>7.802</b>	<b>1.549</b>	<b>157.680</b>	<b>168.686</b>
Mutações do Exercício Social 2022	-	-	3.217	6.984	10.201

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>6.984</b>	<b>(30.829)</b>
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	726	2.145
Provisão para Operação/Cessão de Crédito	(1.332)	28.906
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>6.378</b>	<b>222</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>17.253</b>	<b>37.815</b>
Repasse Interfinanceiros	14.688	15.926
Operações de Crédito	2.882	21.296
Financiamento de Bens Não de Uso - BNU	-	595
Depósitos Judiciais	(317)	(2)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>23.631</b>	<b>38.037</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Participação em Fundos de Investimento - FIP	(6.360)	(2.691)
Financiamento Bens Não de Uso - BNU	371	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(5.989)</b>	<b>(2.691)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Resgate de Cotas FUNRES - SIF	-	(4)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>17.642</b>	<b>35.342</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS</b>		
Início do período	55.936	20.594
Fim do período	73.578	55.936
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>17.642</b>	<b>35.342</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**
**1. Contexto operacional**

O Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES foi instituído pela Lei 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para recepcionar os recursos do FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da demonstração do valor adicionado.

A provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

Na preparação destas demonstrações financeiras foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 15 de março de 2023 pela Administração (Fundamento: Art. 7, Incisos XIII e XV do Decreto Regulamentar 4092-R de 05 de abril de 2017).

**3. Principais práticas contábeis adotadas**
**a. Moeda funcional**

A moeda funcional do FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos financeiros assumidos e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**d. Repasses interfinanceiros**

Repasse interfinanceiros estão demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos e representados por recursos aplicados em operações de crédito "risco BANDES", na modalidade de financiamento a empresas sediadas no estado do Espírito Santo.

**e. Operações de crédito**

As operações de crédito estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos

auferidos e estão representadas por recursos aplicados em operações de crédito "risco FUNDES", na modalidade de financiamento a empresas sediadas no estado do Espírito Santo.

**f. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

**g. Participação em ações**

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivas), e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de resultado do exercício.

**h. Provisão para desvalorização de títulos de renda variável**

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativa-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

**i. Provisão para desvalorização de títulos de renda fixa**

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplimento a partir de 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido na Portaria



nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% (cem por cento) do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

#### j. Provisão para desvalorização de operações de crédito

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício, considerando o aumento significativo no risco do crédito desde o seu reconhecimento inicial até a data da presente demonstração.

#### k. Passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas é efetuado conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

#### 4. Disponibilidades no banco operador

As disponibilidades são remuneradas à taxa idêntica à adotada na caderneta de poupança, conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014.

No exercício social de 2022, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 6.081 (R\$ 836, em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
<b>Depósitos de Livre Movimentação</b>		
Disponibilidades	64.197	47.265
Disponibilidades – SIF	9.381	8.671
<b>Total</b>	<b>73.578</b>	<b>55.936</b>

A Lei Estadual nº 11.226 de 29 de dezembro de 2020 extinguiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado do Espírito Santo – FUNDESUL, e transferiu seus ativos e passivos ao Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, que recebeu R\$ 3.264 em disponibilidades e R\$ 1.828 em operações de crédito.

#### 5. Repasses interfinanceiros

##### a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

REPASSES FINANCEIROS	Saldo das Operações	
	2022	2021
FUNRES / TURISMO	10	77
FUNRES / MÉDIA EMPRESA COMPETITIVA	-	174
FUNRES / FOMENTO RURAL	1.726	3.702
FUNDES/IFM	13	828
FUNDES/TURISMO	653	856
FUNDES/ECONOMIA VERDE	2.512	3.286
FUNDES ECONOMIA VERDE - SELIC	1.603	-
FUNDES/MICROCREDITO IFM	-	1
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C"	-	150
FUNDES/TURISMO - RISCO "C"	33	199
FUNDES/IFM- TAXA VARIÁVEL	17.207	21.499
FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO – BÔNUS - TAXA VARIÁVEL	12	157
FUNDES/ECONOMIA SELIC	-	2.146
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA SELIC	-	15
FUNDES TURISMO SELIC	22	47
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC	-	1.112
FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC-RISCO C	-	21
FUNDES/GIRO SELETIVO	34.992	32.379
FUNDES/INDUSTRIA 4,0	490	614
FUNDES / GIRO EMERGENCIAL	18.447	25.278
FUNDES / ENERGIA SOLAR	133	-
<b>Total</b>	<b>77.853</b>	<b>92.541</b>

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de “rendas de operações de repasse”. As provisões/reversões para créditos de difícil liquidação são constituídas com base nas normas contábeis vigentes.

#### 6. Operações de crédito

São constituídas por operações de crédito recepcionadas do FUNDESUL, operações de renegociações de créditos, e principalmente, pela carteira operações de créditos adquiridas do BANDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, e deliberação do Conselho de Gestor do FUNDES, em 06 de setembro de 2017.

	2022	2021
Operações de crédito recepcionadas do FUNDESUL	1.115	1.431
Operações de renegociação de créditos	4.335	3.701
Operações cessão de créditos	25.706	28.906
<b>Subtotal</b>	<b>31.156</b>	<b>34.038</b>
Provisão constituída	(27.574)	(28.906)
<b>Total</b>	<b>3.582</b>	<b>5.132</b>

As receitas originadas de operações de créditos adquiridas (cessão de crédito), por se tratarem de créditos contingentes, isto é, créditos com qualidade deteriorada, são integralmente provisionadas, e apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

#### 7. Títulos e valores mobiliários

##### a. Debêntures

Títulos classificados como mantidos até o vencimento, tem sua remuneração efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base pro-rata-die, a crédito de contas de resultado, sob o título “rendas de títulos de renda fixa”. Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. A remuneração é condizente com os encargos financeiros dos fundos constitucionais de financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do certificado de empreendimento implantado, publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2022 foi de R\$ 76.271.953 (R\$ 50.941.508 em 2021).

##### b. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações são computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício social.

Quanto à provisão para desvalorização das ações não houve constituição e nem reversão nos exercícios sociais de 2021 e 2022.

##### c. Investimentos FIP

Os investimentos em FIP - Fundos de Investimento em Participações é efetivado através de aquisição de cotas de capital de fundo de investimento que tem como finalidade a aplicação de recursos em companhia em fase de desenvolvimento.

Em 2021 foi realizada a reclassificação contábil dos investimentos FIP, com reflexo no patrimônio líquido, os quais passaram da categoria de mantidos até o vencimento para categoria disponível para venda.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2022	2021
<b>Títulos de Renda Fixa</b>		
<b>Debêntures</b>		
Debêntures Conversíveis em Ações - Normais	2.248.660	2.248.660
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso	112.139.216	77.620.977
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91	150.433	150.433
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01	136.748.158	94.994.444
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>251.286.467</b>	<b>175.014.514</b>
<b>Títulos de Renda Variável</b>		
<b>Ações</b>	<b>52.435</b>	<b>52.435</b>
<b>Cotas</b>		
FICART – ICMS	3.644	3.645
Fundos FIPs	14.262	6.985
(+/-) Fundos FIPs – Ajuste a Valor Justo	632	(1.668)
<b>Subtotal</b>	<b>18.538</b>	<b>8.962</b>
<b>Total Renda Variável</b>	<b>70.973</b>	<b>61.397</b>
<b>Provisão para desvalorização de títulos</b>		
(-) Títulos de Renda Fixa	(251.286.467)	(175.014.514)
(-) Títulos de Renda Variável	(56.080)	(56.080)
<b>Total Provisionado</b>	<b>(251.342.547)</b>	<b>(175.070.594)</b>
<b>Carteira Líquida</b>	<b>14.893</b>	<b>5.317</b>

**8. Créditos vinculados**

Compreendem saldos de depósitos judiciais mantidos em instituições bancárias exigidos para o andamento de processos judiciais de natureza cível, R\$ 388 (R\$ 71, em 31 de dezembro de 2021).

**9. Outros créditos**

É composto pelas operações de financiamento de venda de bens recebidos em dação de pagamento, provenientes de recuperação de crédito. Os bens são alienados em leilão, com adiantamento de sinal e financiamento do saldo remanescente, de acordo com as normas vigentes, R\$ 3.494 (R\$ 3.865, em 31 de dezembro de 2021).

**10. Outras obrigações**

Correspondem aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de taxa de análise a serem devolvidos, conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União, R\$ 1.244 (R\$ 1.244 em 31 de dezembro de 2021).

**11. Provisão de ações cíveis**

Para cobertura de dispêndios com demandas judiciais, a Administração constituiu provisões em montante suficiente para cobrir perdas estimadas com as ações judiciais em curso, conforme as seguintes classificações: ações com risco provável – provisão constituída no valor atualizado da causa R\$ 3.858 (R\$ 3.132, em 31 de dezembro de 2021); ações com risco possível – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas R\$ 436 (R\$ 0, em 31 de dezembro de 2021).

**12. Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido de R\$ 168.686 (R\$ 158.485, em 31 de dezembro de 2021) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, ajuste de avaliação patrimonial, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

**13. Remuneração do banco operador**

A remuneração das disponibilidades é calculada de acordo com o artigo 8º do Decreto 4092-R de 05 de abril de 2017, que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais.

**Transações com partes relacionadas**

O FUNDES tem o BANDES como parte relacionada por ser seu gestor financeiro e operador/administrador, conforme definido nos artigos 5º e 12º da Lei Estadual 10.262 de 07 de agosto de 2014, que compreende, dentre outras determinações legais, a prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização, incluindo a análise de projetos, aprovação de financiamentos e o acompanhamento de sua implantação, liberação de recursos e cobrança administrativa e judicial dos créditos do FUNDES, atuando como seu mandatário. Da prestação dos serviços e obrigações assumidas, o FUNDES teve a seguinte relação com o Administrador BANDES:

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades no banco operador	73.578	55.936		
SPREAD de operação de crédito			(83)	(687)
Taxa de administração da carteira			(3.434)	(3.973)
Rendas sobre disponibilidades de recursos			6.081	836

**14. Efeitos Covid-19**

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2022 e futuros, provocados especificamente pelo "COVID-19", tem monitorado permanentemente possíveis variações nos resultados, que podem sensibilizar negativamente o resultado financeiro do Fundo.

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES**  
por seu gestor e operador **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES**

**Diretoria Executiva**

Marcelo Barbosa Saintive – Diretor-Presidente  
Marcos Kneip Navarro – Diretor de Negócios  
Sávio Bertochi Caçador – Diretor de Administração e Finanças  
Cláudio Roberto Saad – Diretor Operacional

**Contador Geral**

Valdir dos Santos – CRC/ES 13.555/O-3

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022****Aos****Diretores e demais Administradores do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES****Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo****Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES**

Avenida Princesa Isabel nº 54 - Edf. Caparaó 11º andar - Centro - Vitória/ES - CEP. 29.010-906

**CNPJ(MF) nº 22.374.187/0001-26 – Site: [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br)**

Prezados(as) Senhores(as),

**1) Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES** ("Entidade") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis nas circunstâncias a tais Entidades.

**2) Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela

avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

**4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as notas explicativas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## 5. Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por

nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente (RAI) foi emitido em 07 de março de 2022, sem modificação de opinião, constando um parágrafo de ênfase.

Vitória/ES, 15 de março de 2023

### AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES

**Sócio Sênior – CNAI 1552**

**Phillipe de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES

**CNAI 4747**

**Thomaz de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES

**CNAI 4850**